

João Pessoa, PB, 3 a 9 de outubro de 2011 - nº 41- Ano XIV

A GREVE CONTINUA

O Fisco paraibano entrou em greve a partir de zero hora da quarta-feira última (5), com adesão da categoria, em todo o Estado. As mobilizações estão acontecendo com carros de som, panfletagem e outras atividades de protesto.

De acordo com informações do Comando de Greve, a paralisação conta com adesão nas mais diversas unidades administrativas, por exemplo, no Centro Administrativo, COPs de Campina Grande e João Pessoa, postos fiscais, coletorias e demais repartições. A greve está acontecendo de forma pacífica e organizada.

Não vão nos calar

No Centro Administrativo, a Secretaria de Meio Ambiente de João Pessoa, Semam, atendendo ordens do Governo do Estado, obrigou os manifestantes a baixar o volume do carro de som. A tentativa foi de inibir o protesto da categoria.

O Governo enviou policiamento aos locais onde havia maior concentração de auditores mobilizados, a exemplo do Posto Fiscal de Cruz de Almas, na BR-101, e no Centro Administrativo, em Jaguaribe. Infelizmente, o Governo só manda policiamento quando há uma manifestação dos trabalhadores, e não para garantir a segurança nos locais de trabalho da categoria.

Assédio (i)moral

Na quinta-feira (6/10), os Secretários Rubens Aquino e Petrônio Rolim constrangeram uma auditora fiscal em estágio probatório, obrigando-a a fornecer a matrícula e senha para a emissão das faturas relativas ao ICMS Garantido. Nervosa e ainda sem ter conhecimento técnico dos procedimentos a serem adotados para a emissão das faturas, a servidora sofreu um aumento da pressão arterial, tendo que ser levada às pressas para o hospital. Gestante de dois meses, a servidora é mais uma vítima da truculência desse Governo, que colocou em risco a gestação e a saúde da colega.

O Sindifisco-PB não aceita esse tipo de atitude de nenhum dirigente fazendário e avisa que adotará as medidas necessárias para coibir este e qualquer abuso que venha a ser cometido.

Negociações?

Na quinta-feira última (7/10), a diretoria do Sindifisco-PB foi chamada pelo Governo. Entretanto, não houve avanço, permanecendo a intransigência em não respeitar o que determina a lei, ao afirmar que o reajuste do Fisco seria em janeiro de 2012.

O Governo, além de não pagar o que é devido, descartou o pagamento dos retroativos e ainda demonstrou a intenção de continuar descumprindo a Lei do Subsídio, aprovada em 2007.

Entrega dos cargos

Na última semana, todos os servidores detentores de cargos em comissão na estrutura administrativa da SER entregaram seus cargos, aderindo à greve por tempo indeterminado.

Mais de duzentos e cinquenta colegas assinaram o termo de compromisso de não assumir cargos vagos devido ao pedido de exoneração coletiva feito pelos colegas. O compromisso foi aprovado em assembleia geral. Com isso, a greve ficou ainda mais fortalecida.



As entidades representativas dos Servidores Públicos Estaduais promovem reunião do Fórum nesta terça-feira (11), às 16h, no Clube dos Oficiais.

Solidariedade da Fenafisco

O presidente da Fenafisco, Manoel Isidro, integrante do Fisco paraibano, está acompanhando pessoalmente a greve da categoria. Ele avaliou que a Paraíba vive, administrativamente, em estado caótico.

Nos outros Estados da Federação, Isidro observa que “os governadores tratam os servidores públicos com o devido respeito, o que tem faltado aqui na Paraíba”.

Números contraditórios

O presidente da Fenafisco ressaltou que não há motivos para não se cumprir a Lei do Subsídio, que é direito da categoria, já que esse Governo tem muita sorte, uma vez que os fiscais estão desempenhando com dedicação as suas funções de arrecadação, o que fez com que houvesse o crescimento da receita. O Governo aumentou consideravelmente, em comparação com o ano passado, as despesas com a folha de pessoal, mesmo assim, o trabalho do Fisco ajudou a superar essa despesa injustificada.

O Governo não se dispôs a negociar com a categoria e se mostrou intransigente, quando não apreciou as razões apresentadas pelos representantes da categoria fiscal. O discurso utilizado pelo Governo tem sido vazio, desde o início, utilizando o argumento da inadequação da folha de pessoal à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Entretanto, até o momento, não foi explicado o aumento de R\$ 175 milhões em gastos com a folha de pessoal na diferença acumulada entre o quarto e o primeiro bimestre deste ano.